

# Lacan e o grupo de Klein: tempos do sujeito na experiência analítica

Ronaldo Torres

## 1. Ponto de partida

Este texto busca acompanhar a formalização da experiência analítica que Lacan empreende entre 1966 e 1968, pela estrutura matemática do grupo de Klein e em suas subversões. Acompanhar a formalização é, certamente, o exercício de seguir o esforço e o rigor que Lacan imprime ao seu ensino, mas também aceitar o convite que nos fazem os matemas: que sejam retomados por cada um de nós em nossa experiência. É Lacan quem diz: “Neste pequeno tetraedro do qual partimos ultimamente, é preciso que se preste atenção em algo, na multiplicidade das traduções às quais ele se presta”<sup>1</sup>. Neste texto, junto com Lacan, empresto a minha.

O ponto de partida do grupo retoma diretamente o *vel* operado por Lacan no Seminário 11, mas agora não mais referindo o “ser” e o “sentido” e sim articulando os dois elementos lógicos do *cogito* cartesiano a partir de sua negação. Vejamos lentamente.

Sabemos que o *vel* da alienação no Seminário 11 consistia de um *vel* de reunião (um *vel* excludente, mas que também implicava perda da parte escolhida) adicionado ao “fator letal”, que terminava na escolha forçada. No grupo de Klein, Lacan mantém o *vel* de reunião, mas o que lhe interessa trabalhar, no princípio, é com a negação da intersecção do *cogito* cartesiano. Para isso faz uso da lei de dualidade de Morgan que permite, a partir da negação, transformar uma reunião em intersecção e vice-versa. Tal como mostra a relação abaixo:

$$-(AxB) = -A+-B$$

$$-(A+B) = -Ax-B$$

onde (+) é reunião, (x) intersecção e (-) negação.

Lacan vai propor que a negação do *cogito* cartesiano (o *cogito* encontrado na intersecção entre ser e pensar) seja representada pela reunião entre a negação do ser e a negação do pensar.

Assim, vemos como a negação da intersecção (a negação do *cogito*) corresponde à reunião da negação do ser (não sou) e da negação do pensar (não penso). Dessa forma, Lacan consegue que a operação lógica da negação aplicada ao *cogito* (na intersecção) redunde na

<sup>1</sup> Lacan, *O Ato Psicanalítico* (1967-68, aula de 24 de janeiro de 1968).

reunião das negações de dois conjuntos. **Assim, temos não penso e não sou.**

É nessa posição que Lacan localiza o ponto zero de seu esquema. Porém, a composição da Lei de Morgan aplicada ao *cogito* e seu lugar no grupo de Klein, como ponto zero, de partida, não é uma implicação lógica, mas a primeira subversão que Lacan promove para montar o grupo como formalização da experiência da análise. Devemos lembrar que o grupo de Klein, por si, não estabelece nenhum ponto original que seja fixo. Mas Lacan introduz essa modificação e localiza a negação do *cogito* no vértice direito superior (DS) do grupo, como um ponto de partida fixo; o grupo sempre parte daí, como a experiência psicanalítica deve partir desse ponto do sujeito: da negação do *cogito* na reunião das negações de ser e pensar.

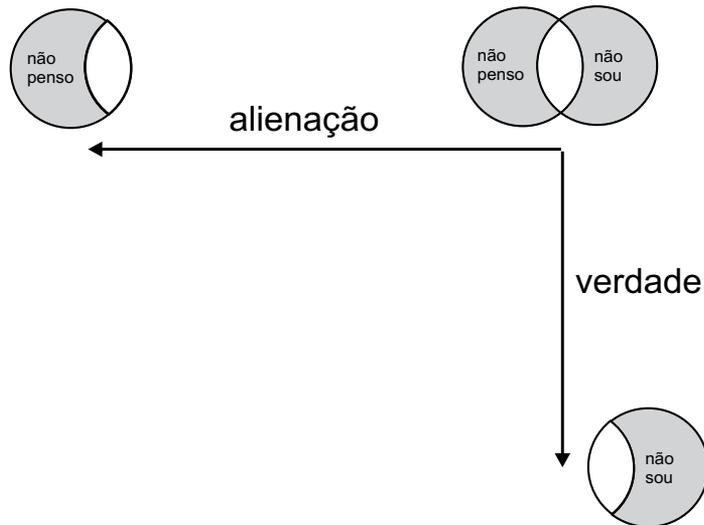


Figura 1: Ponto de partida e primeiras operações

## 2. Operação alienação

A partir desse ponto, a primeira operação se coloca pelo tema da escolha. Isso não é algo que possa ser acompanhado na álgebra

do grupo de Klein ou dos semigrupos. É a dimensão ética sempre introduzida por Lacan com a pertinência devida a esse momento de seu ensino, em que justamente quer formalizar a experiência analítica pela noção do ato. Lacan diz de uma escolha forçada e nos propõe, igualmente, que essa escolha se assimile à alienação: “esse ponto no alto à esquerda é o da escolha forçada, que é a definição que dei da alienação em seu caráter revisto”<sup>2</sup>.

<sup>2</sup> *Ibid.*, aula de 24 de janeiro de 1968.

Apesar de disporem dessa mesma ordem da escolha forçada, a operação alienação no Seminário 15 é modificada com relação à alienação do Seminário 11. Não vamos retomar, mas em 1964, Lacan mostrava como era na experiência do sujeito enquanto falta-a-ser que encontrávamos o ponto alto de sua alienação ao Outro. A alienação se colocava, portanto, no vetor que ia do “ser” ao “sentido”. Escolhendo-se o sentido, perdia-se o ser, mas também não se tinha a totalidade do sentido.

Como vemos na figura anterior, o conjunto intersecção está em branco, é vazio. Esse é um ponto importante, porque na teoria dos conjuntos o vazio não é o “nada”, mas apenas a indicação de que ali, naquele conjunto vazio, não há elemento. Mas há o vazio. O vazio difere uma parte do conjunto de um elemento do conjunto. O vazio é parte do conjunto embora não seja elemento. **Pois bem, é nesse vazio que Lacan introduz algumas formas de negatividade que nos serão importantes.** Por enquanto anunciamos a primeira delas, que é o não-eu (*pas je*). Assim, esse *pas je* é o vazio que se põe como negação do *cogito* cartesiano, mas que continua sendo o conjunto intersecção entre o “não penso” e o “não sou”, mesmo como conjunto vazio.

Esse ponto retornará durante todo o exame do grupo, mas por agora vemos que também compõe o quadro que mostra por que a alienação do Seminário 15, ao contrário do Seminário 11, não parte do ser. Ela é a operação que escolhe o “não penso”. E, portanto, podemos localizá-la nesse “não penso”. No entanto, este vértice esquerdo superior (ES) engendra um ser. Lacan assimila esse não pensar a uma forma do ser. Assim, a alienação aqui não parte do ser, mas determina um ser, resulta um ser e está nesse ser. Para acompanhar isso, temos que tomar a operação alienação diante do ponto zero do vértice de partida (DS). Esse zero já aparece como

<sup>3</sup> *Ibid.*, aula de 10 de janeiro de 1968.

<sup>4</sup> *Ibid.*, aula de 10 de janeiro de 1968.

<sup>5</sup> Rabinovich, *O desejo do Psicanalista* (2000, p. 72).

uma *marca*, e “se isso deve marcar-se em algum lugar, é justamente no alto, à esquerda”<sup>3</sup>. Diante do *vel*: “ou não sou ou não penso”, Lacan o desdobra em “ou eu não sou essa marca” ou “eu não sou nada senão esta marca” e, portanto, “não penso”. Sua argumentação se dirige para o fato de que, como primeira inscrição, não é possível o “eu não sou essa marca” (porque aí não haveria qualquer inscrição) e que isso acarreta um primeiro passo que não pode ser evitado que se coloca pela operação alienação através do “não sou nada senão esta marca”, como uma primeira inscrição. “Trata-se do ‘eu não penso’, em sua necessidade estruturante, enquanto inscrito neste ponto de partida”<sup>4</sup>. E como nos diz Rabinovich, isso “é coerente com a ideia de que a marca significativa é equivalente à opção da alienação, à opção forçada do ‘não penso’”<sup>5</sup>. Essa marca, portanto, define um ser, nomeado por *falso eu (je)*.

Devemos recuperar novamente que Lacan parte da negação do *cogito* posta na intersecção dos conjuntos “ser” e “pensar”. A negação do *cogito* equivale à reunião do “não penso” e do “não sou” ( $-(A \times B) = -A + -B$ ). É importante frisar que fazendo disso um *vel* e promovendo a disjunção entre os conjuntos (nada impede Lacan de fazê-lo), a propriedade da Lei de Morgan se perde, pois a negação da intersecção só se sustenta na igualdade com a **reunião** entre as negações dos conjuntos. Quando faz isso passar ao *vel*, esta relação se dissolve. É uma invenção de Lacan. Todavia, tal disjunção não deixa de se mostrar interessante pelo que acarreta em seus efeitos:

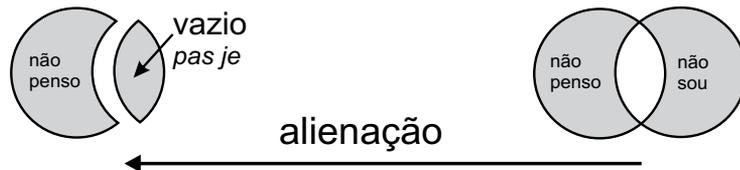


Figura2: Operação alienação

Note-se que o “não penso” já é o produto final da escolha no *vel*. Ele não perde nada. O conjunto que perde uma parte de si é o conjunto que não está nomeado e que é formado na posição inicial (DS) pela reunião de “não penso” e o conjunto interseção vazio. E o que se perde é exatamente o vazio. Assim, fica-se com o “não penso” e perde-se o vazio. Ocorre que Lacan faz essa disjunção funcionar como uma hiância que coloca em relação os dois conjuntos do vértice ES. De um lado o “não penso” relacionado à marca significativa que determina um ser (*je*) por esse “não sou nada senão esta marca”. E do outro, o que se perde pelo corte da escolha, mas com o que se fica em relação; nesse vazio do *pas je*, Lacan posiciona a segunda forma de negatividade, o *isso*. “Está toda a estrutura gramatical, a estrutura da língua, exceto o *je*... A estrutura gramatical da pulsão que não pode ser formulada conforme o *je*”<sup>6</sup>. No vazio encontramos, portanto, um ser sem o *je*, que Lacan faz equivaler ao *isso*, a pulsão acéfala a qual tinha introduzido já no Seminário 11, mas que aqui ganha sua clara formalização. **Assim, temos de um lado o *je* como marca e, de outro, um ser sem o *je*.** É por isso que Lacan também vem localizar nesse conjunto vazio o *objeto a*, outra maneira de falar dessa mesma negatividade. Porém, não podemos perder de vista que esse ser sem o *je*, figura encarnada pelo *objeto a*, é objeto de cessão ao Outro. É, portanto, relacionado tanto à falta de sujeito (ser sem *je*) como também à falta do Outro —  $S(A)$ .

É por isso que a relação entre o *je* como marca e o objeto (ser sem *je*) faz sugerir que nesse vértice podemos localizar também a fantasia ( $S \diamond a$ ). Lacan disse que sem esse “eu não penso” “não poderíamos ter articulado coisa alguma sobre o que é a lógica da fantasia”<sup>7</sup>. Localizar aí a fantasia é pertinente porque, além da colocação explícita do *objeto pequeno a* no conjunto vazio e de propor uma relação entre os conjuntos do vértice, a definição desse *je* como marca, ressoa diretamente com o  $S$  da fantasia, que não é a mesma expressão do sujeito da cadeia significativa, mas, ao contrário, um sujeito fixado, marcado e ligado a uma relação com o objeto.

É também importante dizer, retomando o *isso* que Lacan localiza no vazio de *pas je*, que tal instância é colocada a partir da

<sup>6</sup> Brodsky, *Short Story* (2004, p. 87).

<sup>7</sup> *O Ato Psicanalítico*, op. cit. (aula de 10 de janeiro de 1968).

primeira parte da sentença freudiana que aponta o princípio ético (direção) da psicanálise: “*wo es war, soll ich werden*” que Lacan traduz por “lá onde **isso** estava, o eu (*je*) deve advir”:



Figura 3: Conjuntos do vértice esquerdo

Que podemos ler: lá onde isso estava, por que foi separado pelo corte e não mais está, o *je*, que lá não está nem esteve, deve advir. Esse ponto retornará à frente. Essa é a primeira operação com suas consequências.

### 3. Operação verdade e sua relação com a alienação

Agora vejamos a segunda operação, denominada por Lacan como “verdade”. Ela procede de maneira similar à anterior, mas tomando da posição zero o “não sou”:

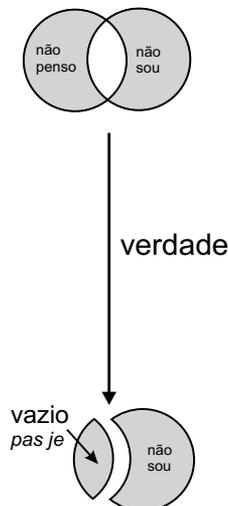


Figura 4: Operação verdade

Como vemos, Lacan representa no grupo o produto da escolha que é o “não sou”, da mesma maneira como propôs na operação alienação. Na figura acima, assinalamos a presença de dois conjuntos no vértice direito inferior (DI): o conjunto “não sou” e o conjunto vazio. O que, nesses conjuntos, concerne à operação verdade? Aqui devemos retomar a ideia sobre a falta-a-ser. Nesse sentido, trata-se de uma operação verdade que instaura um pensamento — a cadeia significante, o inconsciente — que implica o sujeito pelo não ser. É o sujeito que desliza pela cadeia. Dessa forma ele não é porque sempre será representado por um significante para outro significante no infinito da cadeia. Coloca-se, portanto, um “não sou”, um eu (*je*) que não é. Mas esse “não sou” não deve ser confundido com o “não eu”, o *pas je*, que se encontra no conjunto vazio.

Não podemos perder de vista uma distinção crucial. No conjunto vazio, lugar do *pas je*, Lacan fala de um inconsciente sem eu (*je*). Ou seja, tal como no vértice ES, no qual tínhamos no vazio do *pas je* um “ser sem eu”, aqui, no vértice DI, temos um “pensar sem eu”. É por isso que podemos definir o que está no conjunto “não sou” pela falta-a-ser. O que está nessa meia-lua é falta-a-ser em relação ao conjunto vazio, que abriga o inconsciente sem eu (*je*). **Assim, temos de um lado o *je* que não é (não sou) e de outro um pensamento sem o *je* (penso em *pas je*).** Marcar esse ponto é importante porque, entre outras coisas, não podemos nos perder da diferença entre a falta-a-ser referente ao sujeito nessa posição, que é efeito da operação verdade, com o destino da negatividade presente no conjunto vazio, que não está na falta, mas sim na perda.

Para esclarecer essa questão é inevitável o diálogo com a operação alienação. Pois a terceira forma de negatividade (falamos de duas: o *pas je* e o *objeto a [isso]*) que Lacan introduz no conjunto vazio do vértice DI será mais bem compreendida na relação com aquela operação. Nesse conjunto vazio Lacan introduz o  $-\phi$ . Se o *objeto a* se colocava na posição do *pas je* no vértice ES como **falta** em relação ao *je* como marca (não sou nada senão esta marca), no vértice DI, é necessário que isso se transforme em **perda** a partir de  $-\phi$ : trata-se do “objeto perdido inicial de toda gênese analítica, esse que Freud martela em toda a sua época do nascimento do inconsciente... a verdade é que a falta (do alto à esquerda) é a perda

(de baixo à direita)”<sup>8</sup>. Como objeto perdido é que Lacan voltará a introduzir o “lá onde isso estava” no vértice DI. Assim, há dois “lá onde isso estava”. Cada um colocado em um dos vértices (ES e DI), ambos nos conjuntos vazios desses vértices, um deles ligado ao *isso*, ao *objeto a* e à falta (ES), e o outro ligado ao inconsciente, ao  $-\phi$  e à perda (DI).

É por essa passagem lógica, passagem da falta à perda, que Lacan justifica definitivamente que a operação alienação se coloca como escolha forçada diante da posição zero. O que implica que a operação verdade seja uma operação rechaçada como um caminho direto da posição zero.

A passagem lógica indica que só se atinge o vértice DI através do vértice ES. Lacan é claro: para que se faça perda é necessário que tenha havido falta.

#### 4. A transferência

Todavia, esse trajeto bem definido no seminário do Ato Analítico não implica, em nosso entender, que nessa passagem diagonal (de ES para DI) seja localizada a operação transferência como consideram alguns colegas. Antes, nesses dois movimentos lógicos do grupo, colocam-se apenas as duas posições do sujeito advindas do ponto zero: o sujeito diante do trauma e a montagem da fantasia (*je* como marca) no ES e o sujeito no intervalo da cadeia significativa (*je* que não é) no DI. É somente a partir dessas duas posições do sujeito que a transferência, tomada tanto como entrada em análise (instante de ver), como percurso-sustentação da análise (tempo de compreender), pode se dar. São posições condicionantes para que a transferência se efetive contingencialmente.

A leitura que proporemos localiza a transferência na diagonal que vai do ponto zero ao vértice esquerdo inferior (EI). Ela se apoia em pelo menos duas observações que se podem evidenciar no Seminário do Ato Analítico. A primeira, é que Lacan não escreve a transferência nessa diagonal de ES-DI em nenhum momento, mas na diagonal que vai do ponto zero ao vértice EI:

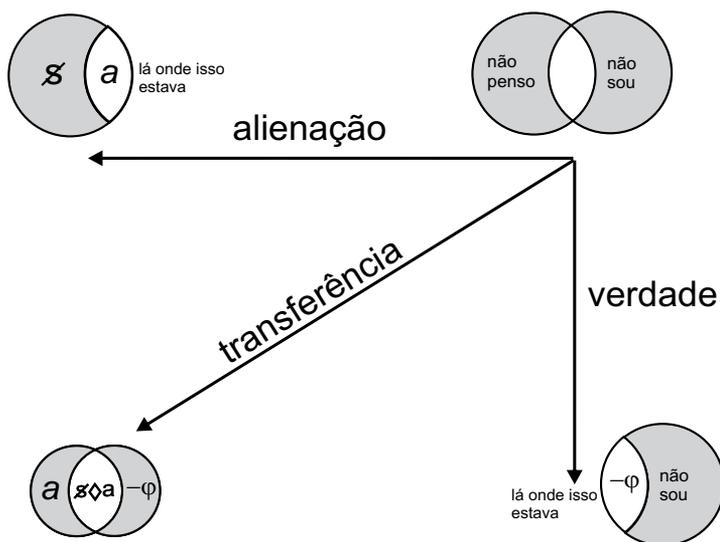


Figura 5: Primeiro semi-grupo: a transferência e o vértice do impasse

A segunda pode ser encontrada no fato de que nos momentos nos quais Lacan menciona a passagem de ES para DI não aparece nenhuma menção à transferência. Só depois de estabelecer a relação entre esses dois vértices é que Lacan passa a falar sobre a transferência.

A transferência é o trabalho exercido sobre a alienação e a verdade, resultando um **produto** articulado aos conjuntos dos vértices ES e DI, mas diferente deles, em outra forma de negação. Como nos indica a estrutura do grupo de Klein, a diagonal é o produto (associação) das operações de inversão e oposição<sup>9</sup>. E esse é exatamente o passo dado no grupo de Lacan, comprovado por aquilo que vem se posicionar no vértice EI, que são as duas formas de negatividade presentes no *pas je* de cada vértice anterior (ES e DI), como mostra a figura acima.

Os tempos lógicos definidos por Lacan já em 1945<sup>10</sup> podem ser reencontrados no esquema do Seminário 15 e nos ajudam a compreender o ponto em que estamos:

<sup>9</sup> Inversão, oposição e produto são os nomes das operações do grupo de Klein. Para um acompanhamento detalhado, conferir Barbut (1996).

<sup>10</sup> Lacan, *O tempo lógico e a asserção de certeza antecipada* (1945/1998).

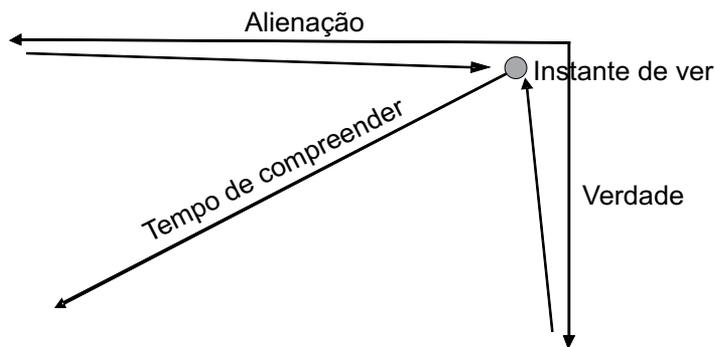


Figura 6: Os tempos lógicos no primeiro semi-grupo

Atribuindo um tempo de extensão à diagonal da transferência, temos que: 1. esse tempo tem um tempo de instituição, que marca seu início e que o assimilamos ao ato de entrada em análise, retificação subjetiva, e; 2. tem o próprio tempo extensivo que se desenvolve ao longo do segmento de reta até o vértice EI, o vértice no qual Lacan localiza o impasse. Esse tempo de início, o “instante de ver”, não é o ponto de partida do grupo (que é o ponto zero do sujeito como vimos), mas o ponto de partida da análise, em que a posição do sujeito em alienação e verdade pode se articular com a suposição ao saber, marca da entrada em análise. É como se, por um ato, essas setas da operação alienação e verdade deixassem de seguir ao infinito e viessem se encontrar nesse ponto do “instante de ver”, tal como as ideias de escansão e corte sugerem<sup>11</sup>. É também nesse corte/escansão que está o lugar do analista: “A psicanálise não poderia se instaurar sem um ato, sem o ato daquele que autoriza sua possibilidade, sem o ato do analista, e que no interior desse ato da psicanálise inscreve-se a tarefa psicanalizante”<sup>12</sup>. Mas isso não desfaz a evidência de que o ato de entrada não é necessário, mas contingente à decisão do sujeito, uma escolha, portanto.

O segundo tempo, “tempo de compreender”, é o tempo que será necessário para se chegar ao impasse do sujeito. Esse tempo não é de escansão, mas de voltas e de redução. Aí a transferência se apresenta em seus desdobramentos. Assim como no xadrez, a partir de determinado par de movimentos que define como será a partida (muitas

<sup>11</sup> Nesta representação gráfica, há setas que devem ser tomadas como tempos de extensão e outras, como tempos de escansão. As setas que retornam dos vértices ES e DI são escansões, diferentes das setas que vão a esses vértices que são extensões.

<sup>12</sup> *O Ato Psicanalítico*, op. cit. (aula de 21 de fevereiro de 1968).

vezes implicado com a perda de uma peça), desenvolvem-se **inúmeras outras jogadas** até que, se não houver desistência, chega-se ao momento em que o jogo anuncia como será seu desenlace. Essas outras jogadas se aproximam do que seja essa diagonal extensiva da transferência, “tempo de compreender”. Nesse tempo o ato do analista se coloca por suas “jogadas”, seu manejo: “Fora do que chamei manejo da transferência, não há ato analítico”<sup>13</sup>.

Quanto ao terceiro tempo lógico, o momento de concluir se evidenciará no segundo semigrupo que virá à frente.

## 5. O impasse

Localizar no vértice EI aqueles que eram os conjuntos vazios dos vértices ES e DI quer dizer algumas coisas. Lacan resume essa posição como *impasse*<sup>14</sup> do sujeito. Dessa forma ele nos aponta que aí não está o fim da análise, pois esse fim se articula, sabemos, à passagem. Esse fim de análise, articulado com a passagem, definição maior do ato psicanalítico, faz ecoar outras duas formas de se referir a esse ato, também formuladas em tempos próximos a este momento de seu ensino: a destituição subjetiva e travessia da fantasia. Isso nos parece importante salientar, porque cada uma dessas maneiras distintas de se referir ao mesmo tempo da análise (momento de concluir, em uma referência aos tempos lógicos), se articula com um dos dois elementos posicionados nesse canto do impasse no grupo. O vértice EI não é o fim da experiência, mas contém o núcleo do que é necessário para sua efetivação. De um lado o  $-\varphi$  como significado da castração, única significação definitiva para o significante, que indica justamente ao sujeito que não há significante que possa lhe dar um ser que não seja exatamente sua falta-a-ser. Situação de máxima verdade acessível à subjetivação e passo antecedente ao ato da destituição subjetiva, que para se efetivar, no entanto, deverá se apoiar no elemento adjudicado pelo outro vértice, o *objeto a*. Pelo outro lado, tomando a travessia da fantasia, vemos no vértice do impasse, o *objeto a*, esse ser sem *je* com o qual o sujeito como marca se relaciona na ordem fantasmática, conquanto esteja em afânise. Devemos retomar novamente os três tempos de “*Bate-se em uma criança*”, para saber que no segundo tempo, no qual o sujeito se vê

<sup>13</sup> *Ibid.*, aula de 29 de novembro de 1967.

<sup>14</sup> No resumo sobre o Seminário “*A lógica da Fantasia*”, texto de mesmo nome, Lacan diz, se referindo a essa passagem, que: “É preciso que se feche o ciclo pelo qual o impasse do sujeito se consuma ao revelar sua verdade” (Lacan, 1969/2003, p. 324). Devemos anotar que tal resumo foi escrito para o anuário de 1969 da Escola Prática de Estudos Superiores, local onde Lacan apresentava seus seminários à época. Um resumo escrito após o término do Seminário 15 (1967-68), portanto.

indexado, ao contrário do primeiro e do terceiro, ele (o sujeito) é oculto e seu único caminho é ser construído na análise. Para tanto é necessário que se decante o objeto pelas voltas da demanda. É esse objeto decantado que aparece no vértice EI, mas somente enquanto apoiado em  $-\phi$ , objeto-sustentação da cadeia significante, sem a qual não haveria voltas da demanda.

Por aí percebemos como há um apoio mútuo de  $-\phi$  e  $a$ , apoio existente desde a constituição do sujeito, mas que apenas nesse vértice pode surgir como evidência ao sujeito. Por um lado, a castração (desejo) e, pelo outro, o ser que é a partir do objeto (gozo). Todavia, esse apoio demonstra também como não se trata, entre  $-\phi$  e  $a$ , de uma relação de complementaridade. Lacan chama atenção sobre a identificação entre  $-\phi$  e  $a$  na passagem da falta à perda: “Isso se revirando é propriamente o que suporta a identificação do  $a$  e do  $-\phi$  como lugar onde se inscreve a hiância própria ao ato sexual”<sup>15</sup>. Contudo, essa identificação mascara que essa relação de apoio é a própria **não existência do ato sexual**. Pois o *objeto a* não é o objeto do desejo, mas objeto que realiza o desejo enquanto o sustenta como tal. E o regime de realização do desejo não é o regime de satisfação da pulsão. É nesse sentido que Lacan inicia, no *Seminário 14*, seus comentários sobre a impossibilidade do ato sexual dizendo, por exemplo, que “a significação da função fálica [é] falta essencial da juntura da relação sexual com sua relação subjetiva”<sup>16</sup>. Ou, mais enfaticamente no Seminário 15, de que não há encontro possível entre saber e verdade, “não se tem jamais o saber do outro sexo”<sup>17</sup> ou “não há ato sexual”<sup>18</sup>.

Dito isso, devemos retornar um pouco e perguntar como essas questões se alocam particularmente no vértice EI. Pois dissemos com Lacan que o que se coloca nesse canto é um impasse. Um impasse que se manifesta na própria construção da fantasia:

“A fantasia é a maneira como ele [o analisante] a faz existir [a relação sexual]. Isso, porém, é um impasse, pois em vez de algo que desse a fórmula da conjunção entre feminino e masculino, está a conjunção de um sujeito e um objeto, única coisa com que se conta para fazer existir a relação sexual. É por isso que Lacan não situa aí a saída, mas antes o impasse da fantasia, o ponto em que a fantasia engana o sujeito”<sup>19</sup>”.

<sup>15</sup> *Ibid.*, aula de 10 de janeiro de 1968.

<sup>16</sup> Lacan, *A lógica da Fantasia* (1966-67, aula de 22 de fevereiro de 1967).

<sup>17</sup> *O Ato Psicanalítico*, op. cit. (aula de 27 de março de 1968).

<sup>18</sup> *Ibid.*, aula de 28 de fevereiro de 1968.

<sup>19</sup> *Short Story*, op. cit. (p. 104).

É, portanto, somente a partir do apoio entre  $-\phi$  e  $a$ , que se pode chegar à construção da fantasia como ponto de impasse de uma análise. Devemos notar que o estatuto da fantasia nesse vértice não é o mesmo no canto ES, no qual também a posicionamos. Nesse ponto do impasse, a fantasia se mostra pela decantação do *objeto a* pelas voltas da demanda. Tratar-se-ia da construção fantasmática a partir de uma redução à sua forma mínima e de sua apresentação em análise. Aqui, no vértice EI ela é posta, enquanto no canto ES ela estava suposta (enquanto montagem).

## 6. O segundo semigrupo

Vejamos, então, como se monta o segundo semigrupo, tomando sempre em conta o ponto de chegada do primeiro. Com Lacan, podemos apresentá-lo da seguinte maneira:

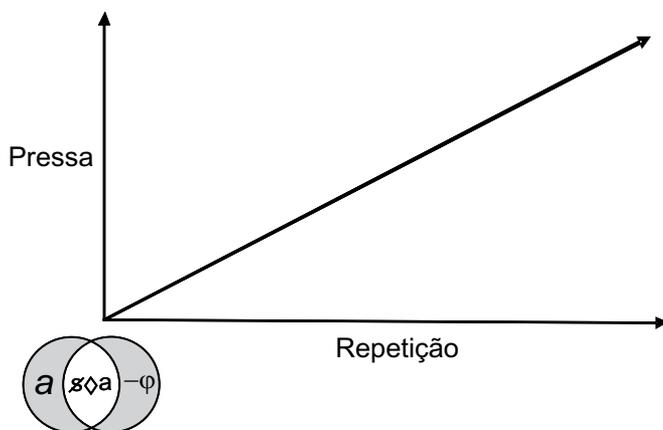


Figura 7: O segundo semi-grupo

Vemos como o ponto de chegada do primeiro semigrupo é o ponto de partida do segundo. Observamos também que Lacan posiciona as mencionadas “pressa” e “repetição”<sup>20</sup> na operação que

**20** “Já tendo a **repetição e a pressa** sido por nós articuladas na base de um tempo lógico, a sublimação vem complementá-las para que um **novo grafo**, orientado por sua relação, seja satisfatório, duplicando o precedente, para **completar o grupo de Klein**, na medida em que seus quatro ápices se igualam por reunir diversos concursos operacionais. E ainda grafos, por serem dois, inscrevem a distância do sujeito do suposto saber à sua inserção no real.” [grifo nosso] (Lacan, 1969/2003, p. 326).

**21** O grupo proposto por Lacan é uma formalização da experiência analítica que inclui seu final. Portanto, dizer que “não há mais transferência” é pontualmente falar sobre sua suspensão até o ponto de saída do grupo e nada além disso

vai ao vértice ES e DI, respectivamente. Seguindo a mesma direção de reconhecer, nesse segundo grupo, operações distintas daquelas presentes no primeiro, na diagonal, que vai de EI para DS, Lacan não localiza a transferência. Isso já nos aponta algo sobre o tempo implicado nesse segundo semigrupo. Porque se trata de um tempo no qual a transferência se apresenta em suspensão, já que é outra coisa que aparece na diagonal. Poderíamos, portanto, concluir que o impasse ao qual chega o primeiro semigrupo não deixa de ser também um impasse da própria transferência, pois após esse ponto não há mais transferência no percurso<sup>21</sup>. Esse aspecto da suspensão da transferência é capaz também de mostrar como a fantasia, tal como a configuramos no ponto do impasse, pode ser pensada de forma bem diferente da fantasia do vértice ES. Porque ali (no impasse), ela não mais se exercita como um cálculo de gozo atualizado nas relações com o Outro (montagem), mas se apresenta como redução à sua forma mínima que evidencia a sua posição ante o desejo do Outro (construção). Ela, no ponto de impasse, é produto do dispositivo da transferência e não elemento participante de sua atualização anterior. Essa é sua forma de impasse. Porque a partir daí devemos supor uma saída que não seja pela via da transferência, tal como foi sua chegada a este ponto.

## 7. Repetição e acting-out

Voltemos às operações anunciadas da pressa e da repetição. Tomemos primeiro a repetição. A maneira primordial pela qual Lacan trabalha essa operação é a partir do *acting-out*. Tomar o *acting-out* por essa operação chamada repetição não é algo que seja difícil acompanhar, já que sabemos como *acting-out* e repetição se ligam diretamente. Porém, conjugar aí a própria definição lacanian de *acting-out* é tarefa mais complicada, porque esta inclui em si a transferência. Como conhecemos: “transferência sem análise”. Como então, uma vez que dissemos que no segundo grupo há suspensão da transferência, supor aí o *acting-out*?

Aqui, talvez, uma precisão maior sobre a função do sujeito suposto saber ajude a esclarecer melhor essa questão. Sabemos como o sujeito suposto saber é introduzido no Seminário 11 em conjunto

com outra expressão associada à transferência, “atualização da realidade inconsciente”. Se essa última está mais assimilada à atualização da relação entre sujeito e Outro, nas vicissitudes gerais com o semelhante, a primeira Lacan a constituiu como uma função específica do dispositivo analítico. Encontramos o sujeito suposto saber como função na entrada de uma análise e como sua sustentação. Da mesma forma, em diversas passagens do Seminário 15, quando Lacan se refere ao fim de análise, a alusão que faz é à queda do sujeito suposto saber: “O final de análise consiste na queda do sujeito suposto saber, e sua redução ao advento desse *objeto a*, como causa da divisão do sujeito, que vem ao seu lugar”<sup>22</sup>. Assim, Lacan assevera que há uma passagem do sujeito enquanto suposto ao saber para outra posição. Isso é uma indicação importante para essa consideração de que no segundo semigrupo não haveria transferência. Temos de pensar que forma de apresentação de transferência que não mais há. Em se tratando do *acting-out*, não seria estranho, tomando a afirmação de Lacan de que seja uma “transferência sem análise”, supor que se trate da suspensão do sujeito suposto saber.

Isto seria condizente com a interpretação que podemos dar para essa saída do ponto de impasse via repetição e *acting-out*. Podemos pensar que esta saída se estabelece pela chegada ao ponto do impasse por uma interpretação selvagem que precipitaria a atuação. Alguns casos evocados por Lacan ou diretamente extraídos de Freud articulam bem essa situação. São aqueles em que houve abandono do tratamento ou desencadeamento de outros *acting-outs*, após aquilo que Lacan nomeia como “simbolização prematura”. Tanto no caso de Dora, como no caso da “senhora de idade” mencionado em “*Recordar, Repetir e Elaborar*”, quanto no homem dos miolos frescos, de Kris, aparentemente há uma intervenção vetorizada para a fantasia que a desestabiliza na própria enunciação da verdade a partir da posição do Outro. Nesse sentido, via transferência, chegar-se-ia ao vértice do impasse não pela decantação do *objeto a* pela relação do sujeito com as voltas da demanda, mas por uma intervenção que antes dirige o analisante à posição da angústia. Uma espécie de atropelo do tempo de compreender. A partir daí, como manejo do analisante, o *acting-out* surge para evitar tal posição. Essa hipótese, embora aponte uma variação possível no caminho do grupo,

<sup>22</sup> O Ato Psicanalítico, op. cit. (aula de 10 de janeiro de 1968).

parece-nos interessante para se pensar, nesse esquema, uma forma não rara de se sair de uma análise. A repetição nesse caso é bastante clara. Repete-se a fantasia na cena com o Outro como forma de sustentá-la. Porém, nesse caso, escapamos à condição estabelecida de que no segundo semigrupo não haja transferência. É, justamente por um curto-circuito promovido pelo analista na transferência, que essa retornaria no segundo grupo como transferência sem análise e sem a função do sujeito suposto saber.

## 8. Pressa, passagem ao ato e o impasse como lugar da angústia

Passemos agora ao vetor da pressa, que vai do vértice do impasse ao vértice ES. Lacan articula essa saída do impasse pela via da passagem ao ato. O tema da pressa nos remete diretamente ao ato como saída. Podemos evocar tal relação desde seu texto sobre o tempo lógico no que este refere à urgência do momento de concluir. “Urgência”, “pressa” e “precipitação” são os termos usados para definir esse tempo: “É na urgência do movimento lógico que o sujeito precipita simultaneamente seu juízo e sua saída”<sup>23</sup> e depois: “entre o instante de seu início e a pressa de seu fim, parecera estourar como uma bolha...”<sup>24</sup>. É também nesse mesmo texto que Lacan alinha o ato a este momento de saída: “Por último, o juízo assertivo [a asserção de si] manifesta-se aqui por um ato”<sup>25</sup>.

A pressa e a precipitação se colocam como elementos fundamentais na passagem ao ato. Neste caso a articulação direta é com a angústia. A passagem ao ato se coloca como resposta a um impasse, uma encruzilhada que reúne em si uma relação específica entre sujeito, Outro e *objeto a*. Diante da emergência da angústia, quando, pelo abalo da fantasia, o objeto aproxima-se do sujeito, pode precipitar-se a fuga da angústia pela passagem ao ato. Aqui, a aproximação com o sofisma apresentado no texto sobre o tempo lógico estaria posta na angústia relacionada com a possibilidade de os prisioneiros continuarem reclusos, caso não resolvessem o enigma. Essa angústia se coloca desde o início, como ponto de partida no instante de ver e como pano de fundo no tempo de compreender, mas é no momento de concluir que ela entra em cena e se enlaça

<sup>23</sup> *O tempo lógico e a asserção de certeza antecipada, op. cit.* (p. 206).

<sup>24</sup> *Ibid.*, p. 209.

<sup>25</sup> *Ibid.*, p. 209.

com a pressa de precipitar-se para fora da sala. Pois a conclusão dos prisioneiros é simultânea e os coloca diante da pressa de atingir primeiramente a porta, para ganhar a liberdade. Se tomarmos a situação de aprisionamento como uma alegoria possível para determinada relação do sujeito com Outro, relação na qual se desentreda por alguma razão a fantasia, podemos compreender como o ato aqui implica a ruptura com as coordenadas simbólicas que determinavam tal relação. A saída da prisão implica outra inscrição simbólica daqueles presos. Mais uma vez, vemos aqui como a passagem ao ato pode se aproximar da noção de ato analítico, no qual também se apresenta tal ruptura de coordenadas simbólicas. O exame do sofisma do tempo lógico retornará quando analisarmos o ato analítico e isso poderá ficar mais claro.

Mas aqui devemos considerar a pressa e a passagem ao ato levando-se em conta o que produzimos com o segundo semigrupo. Assim, parece que é necessário, para a compreensão da relação entre a pressa e a passagem ao ato nesse vetor que examinamos, que localizemos de novo a angústia nesse ponto do impasse no vértice EI. Mas agora, distintamente do *acting-out* que era evitação da angústia, a passagem ao ato aparece como uma forma possível de resposta à sua emergência. Então, devemos novamente supor que haja algum curto-circuito que venha incidir sobre o trabalho analítico sob transferência. Novamente, um atropelo do tempo de compreender. Lacan não se debruça sobre o tipo de vicissitude na experiência de uma análise que poderia estar relacionada ao desencadeamento de uma passagem ao ato. Mas em primeiro plano podemos pensar tanto em uma intervenção do analista, que tenha efeito de angústia, quanto em algo da ordem do trauma, que se anuncia na própria análise ou na vivência do analisante.

O que é interessante é que, se Lacan não falou diretamente sobre os desencadeantes, ele nos alertou sobre a importância do analista nesses casos. E fez isso referindo diretamente à conduta de Freud em relação à jovem homossexual, dizendo que, diante de casos dessa natureza, é necessário que o analista a pegue pela mão, para que não se deixe cair: “Freud a deixa cair... com essa jovem ele se dá por vencido. Não chegarei a lugar algum, diz a si mesmo, e a encaminha para uma colega. É ele quem toma a iniciativa de largá-la de mão”<sup>26</sup>.

**26** Lacan, O Seminário, livro 10: a angústia (1962-63/2005, p. 127).

Essas articulações sobre o *acting-out* e a passagem ao ato fazem pensar o quanto a posição definida por Lacan como impasse do sujeito é bastante próxima ao lugar da angústia. Não apenas se levarmos em consideração o que pode acontecer pelo que chamamos de curto-circuito no tempo de compreender, mas também se olharmos a própria estrutura do que se encontra no impasse. Como dissemos, o ponto ao qual se chega no vértice EI está articulado não à fantasia em sua função de suporte da relação do sujeito com o Outro (o que torna o gozo apto ao prazer), mas sim à fantasia em forma de sua redução máxima. É como se aqui o sujeito se pusesse diante de seu modo de gozo junto ao *objeto a*. Daí a proximidade estrutural com a angústia.

Esse aspecto é importante porque, para entrarmos na diagonal do segundo grupo, já adiantamos que, além de todas as coordenadas que teremos que atualizar para defini-la, essa diagonal também não escapa à possibilidade de advir de uma posição no impasse experienciada como angústia.

## 9. A diagonal do ato analítico

Agora entraremos no último movimento do que Lacan quer formalizar para a experiência da psicanálise pela estrutura de grupos. Trata-se da diagonal que vai do vértice do impasse ao DS. É aí que podemos localizar o ato analítico, ou pelo menos, sua formalização mais importante pelo lugar que desempenha no ensino de Lacan. Qual seja, o fim da experiência por um ato nomeado analítico.

Aqui, cabe indagar se o ato é concernente ao analista ou ao analisante. Questão interessante se a examinarmos à luz do que encontramos no *Seminário 15*, relacionado a este ponto. Ali, ora o ato analítico é referido ao analista, ora ao analisante, produzindo uma espécie de vertigem ou confusão que não nos ajuda a compreender bem o que Lacan quer transmitir. Mas se nos ativermos àquela que consideramos a afirmação mais cabal sobre o que seja o ato analítico, como ato do fim de análise, veremos que a desordem talvez reflita um curto-circuito revelador. Lacan é enfático ao dizer que o fim de análise está ligado à passagem de analisante à analista. Isso implica que no início de uma análise há uma posição que sustenta a

entrada que se estabelece, dessa forma, por um final anterior ao começo. E esse final anterior se encontrará com um novo começo, na medida em que o ato analítico será novamente uma passagem dessa natureza. “O ato psicanalítico é o que dá esse suporte, autoriza a realização da tarefa psicanalisante. É na medida em que o analista dá a esse ato sua autorização, que o ato psicanalítico se realiza”<sup>27</sup>. Isso cria uma equívocidade, sentida como tal ao longo dos Seminários 14 e 15, com respeito à autoria do ato analítico, porque ele não parte do analisante ou do analista, mas antes, relaciona-se a uma função específica do *objeto a*, como logo veremos. É essa função que dá o lugar do analista e que está no final da análise do analisante, não por acaso definida também pelo lugar de analista. Isso faz com que o objeto seja colocado na posição de agente.

Isso parece importante de se marcar: se não há sujeito no ato, há agenciamento, mesmo que esse agente o encontremos na posição *do objeto a enquanto causa*. Assim, não se trata de uma destituição subjetiva como na passagem ao ato, correspondendo à abolição completa do sujeito (lembramos que seu paradigma, para Lacan, é o suicídio bem-sucedido). Antes, trata-se de se poder fazer operar o *objeto a* em uma posição de agenciamento, em uma função de causa que teremos que expor.

O *objeto a* como causa, remete a questões que vêm desde o Seminário 11. Lá, Lacan dizia que a causa “se distingue do que há de determinante em uma cadeia, dizendo melhor, da lei”<sup>28</sup>, em uma alusão direta à necessidade de se diferenciar aquilo que é da ordem da determinação simbólica daquilo que conduz a certa liberdade concernente ao sujeito. Se isto estava formalizado na passagem da operação alienação à operação separação no Seminário 11, no tratamento dado pela estrutura de grupo nos Seminários 14 e 15 o percurso é diferente.

Aqui, devemos **articular dois eixos do primeiro semigrupo** que examinamos para chegarmos à posição do impasse e depois avançar. Primeiro, o quê se coloca em jogo na diagonal que vai do vértice ES para o DI, que é a passagem do que era falta para perda, como dissemos. É a passagem de *a* para  $-\varphi$ . Retomemos que a falta aqui é a falta de sujeito: onde está o *a* no vértice ES há um “ser sem *je*” (primeiro “lá onde isso estava”). A passagem faz, da falta, perda.

<sup>27</sup> *O Ato Psicanalítico*, op. cit. (aula de 20 de março de 1968).

<sup>28</sup> Lacan, *O Seminário*, livro 11: *Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise* (1964/1985, p. 27).

**29** *O desejo do psicanalista*, op. cit. (p. 82).

Mas aqui, “a falta de sujeito própria do isso torna-se, no inconsciente, objeto da perda”<sup>29</sup>. Assim, o sujeito como falta em um primeiro tempo, implica um objeto de perda para Outro em um segundo (segundo “lá onde isso estava”).

O segundo eixo é o da transferência que desemboca no vértice do impasse. Essa diagonal, como vimos, reúne em si as operações alienação e verdade. Ela faz chegar, por redução, à forma mínima em que aparece “a identificação do *a*, como causa do desejo, e do  $-\varphi$  como lugar onde se inscreve a hiância própria ao ato sexual”<sup>30</sup>. No vértice do impasse, o sujeito vê-se diante de tal justaposição de *a* e  $-\varphi$  (falta e perda), o que faz da fantasia uma forma de se tentar escrever o ato sexual, sobre uma estrutura que revela o impossível de restituir da perda ao Outro.

Porém, e nesse mesmo movimento, é isso o que impede que o objeto cumpra sua função de causa de desejo. É essa função que vem cumprir o *objeto a* no ato analítico: “a operação do ato analítico deve reduzir esse sujeito à função do *objeto pequeno a*”<sup>31</sup>. Assim, na diagonal do ato analítico há o movimento de disjunção do *objeto a* do objeto fálico, daquilo que falta ao Outro como objeto perdido: “Distinção da alienação do *pequeno a*, enquanto vem aqui separar-se do  $\varphi$ , que ao fim da análise é a realização do sujeito; eis o processo de que se trata”<sup>32</sup>. Sua justaposição ao  $-\varphi$  o colocava às voltas com o infinito da demanda, na cegueira fálica de liquidar o desejo, fazendo este funcionar a serviço daquela. É a possibilidade de extração do *objeto a* que guarda “certa margem de liberdade [do sujeito] em relação ao lugar que ocupou como objeto do desejo como desejo do Outro”<sup>33</sup>. Mas para isso é necessário que o sujeito tenha chegado ao impasse de ter tentado fazer existir o ato sexual, na montagem fantasmática, como resposta à perda que ele mesmo foi para o Outro. Por esta razão é que Lacan estabelece essa passagem da falta à perda e depois à causa. Claro, não deixa de haver desejo enquanto desejo do Outro, mas o avanço em formalizar o fim de análise dessa maneira está na proposição do ato pelo qual o sujeito, a partir de certa destituição de si, dá lugar ao mais singular de seu “ser” causa desse desejo. Em sendo causa desse desejo, Lacan propõe o desejo do analista. Nesse sentido, o desejo do analista não é um desejo puro, visto que é atravessado por essa função do *objeto a* enquanto aquilo que o causa.

**30** O Ato Psicanalítico, op. cit. (aula de 10 de janeiro de 1968).

**31** Ibid., aula de 24 de janeiro de 1968.

**32** Ibid., aula de 17 de janeiro de 1968.

**33** O desejo do psicanalista, op. cit. (p. 145).

A partir dessas considerações podemos compreender duas ideias que nos interessam: 1. que no ato analítico haja suspensão subjetiva e ultrapassamento das coordenadas simbólicas, e; 2. que o agente do ato analítico seja essa função de causa de desejo do *objeto a*, pois o *objeto a* ao destacar-se da articulação fálica representa uma ruptura com as inscrições simbólicas que determinavam um tipo de relação entre o sujeito e o Outro.

Daí também se depreende o entendimento do por quê haver no ato analítico um tempo de escansão do vetor transferência. Vimos como a diagonal da transferência do primeiro semigrupo marcava-se pelo ato de retificação subjetiva e entrada em análise a partir da função do sujeito suposto saber e de seu percurso até o vértice do impasse. Se ao sujeito suposto saber cumpria a função de sustentar a transferência na análise, pondo o sujeito em transferência ao saber para poder indagar acerca do desejo do Outro, quando chega-se ao ponto de impasse não há mais o que indagar, pois a resposta dá-se pelo esgotamento do saber na construção da fantasia — que não é uma estrutura puramente simbólica. Mas é na travessia da fantasia, na diagonal que sai do vértice do impasse, no ato analítico, que a função do *objeto a* vem substituir a função do sujeito suposto saber. Quanto a isso Lacan é assertivo:

A questão é: o que se torna o sujeito suposto saber? Vou lhes dizer que, em princípio, o psicanalista sabe o que ele se torna. Seguramente ele cai. O que está implicado teoricamente nessa suspensão do sujeito suposto saber, esse traço de supressão, essa barra sobre o S, que a simboliza, no decorrer da análise se manifesta nisso: que alguma coisa se produz num lugar, certamente que não indiferente ao psicanalista, já que é nesse mesmo lugar que essa coisa surge. Essa coisa se chama o *objeto pequeno a*<sup>34</sup>.

É outra maneira de dizer sobre o “sujeito que deve advir, lá onde isso estava”. Sabemos que isso foi uma forma sintética pela qual Freud buscou indicar a direção da análise. Vimos também como tal sentença se articulou em uma de suas metades no primeiro semigrupo que apresentamos. “Lá onde isso estava” aparece tanto no vértice ES como no DI. Dissemos que são duas formas de negação do *je*: Um ser sem *je* (ES) e um pensamento sem *je* (DI). De um

<sup>34</sup> *O Ato Psicanalítico, op. cit.* (aula de 17 de janeiro de 1968).

lado, a pulsão e o *objeto a*, e de outro, o inconsciente e o objeto fálico. As formas negativas de *a* e  $-\varphi$  na ausência de *je* podem fazer imaginar que na passagem proposta por Freud, o *je* deveria ali se afirmar como uma substituição: “lá onde isso estava, [pois não há mais nada ali], o sujeito deve advir” como que ocupando esse lugar de uma ausência. Mas vimos que no ato não se trata disso. Pois a passagem de falta à perda não dá depois ao sujeito uma posição de causa de desejo, mas é o próprio *objeto a* que retorna aí desde uma outra posição. Retomemos o que já dissemos. O *objeto a*, posto no vértice ES do primeiro semigrupo é falta de sujeito. Essa falta deve tornar-se perda de objeto para Outro no vértice DI do mesmo grupo (posição de  $-\varphi$ ). Esse sujeito torna-se objeto de perda para Outro. Sem tornar-se perda para Outro não poderia haver a última passagem, que é a disjunção de *a* e  $-\varphi$ , fazendo o *objeto a* cumprir a função de causa de desejo. Assim, o que advém é essa função do objeto da qual o sujeito pode dispor a partir de então em sua relação com o Outro. E essa é o que poderíamos denominar por uma criação maior, pois não é outra coisa senão uma invenção absolutamente singular, de fazer o objeto tomar essa função. Talvez seja isso que Lacan apontou quando reformulou no Seminário 15 a sentença de Freud:

“Wo  $\mathcal{S}$  tat”, e permitam-me escrever esse “S” com a letra aqui bar-rada, lá onde o significante agia, no duplo sentido de que ele acaba de cessar e de que ele ia justo agir, de modo algum “soll ich werden”, mas “muss ich”, eu que ajo, eu que lanço no mundo essa coisa à qual é possível dirigir-se como a uma razão<sup>35</sup>.

<sup>35</sup> *Ibid.*, aula de 17 de janeiro de 1968.

Não se trata, portanto, de advir o sujeito lá onde isso estava, mas de advir a causa de sua divisão. Para encerrar, como disse Lacan:

O ato psicanalítico consiste essencialmente nesse tipo de efeito de sujeito que opera distribuindo, por assim dizer, o que consistirá o suporte, a saber, o sujeito dividido, o  $\mathcal{S}$ , enquanto esta é a aquisição do efeito de sujeito ao final da tarefa psicanalisante... É ao preço – já que falei de distribuição – de que toda experiência girou em torno desse *objeto pequeno a*, enquanto é, foi e permanece sendo estruturalmente a causa dessa divisão do sujeito<sup>36</sup>.

<sup>36</sup> *Ibid.*, aula de 20 de março de 1968.

## Referências bibliográficas

- BARBUT, M. *Sobre o sentido da palavra estrutura nas matemáticas*. Rio de Janeiro: Revinter, 1996.
- BRODSKY, G. *Short Story – Os princípios do Ato Analítico*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2004.
- LACAN, J. (1945). O tempo lógico e a asserção de certeza antecipada. In: *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.
- LACAN, J. *O Seminário – livro 10: A Angústia (1962-63)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.
- LACAN, J. *O Seminário – livro 11: Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise (1964)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985.
- LACAN, J. *Seminário 14: A lógica da fantasia (1966-67)*. Inédito.
- LACAN, J. *Seminário 15: O ato psicanalítico (1967-68)*. Inédito.
- LACAN, J. (1969). Resumo – A lógica da fantasia. In: *Outros Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.
- RABINOVICH, D. *O desejo do psicanalista*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2000.

## **Resumo**

Em dezembro de 1966, Lacan apresenta em seu seminário sobre a Lógica da Fantasia a estrutura matemática do Grupo de Klein, trabalhada por Marc Barbut em seu artigo publicado em *Temps Modernes* no mês anterior. Lacan a apresenta para subvertê-la segundo aquilo que a experiência analítica orienta. Trata-se da tentativa, na esteira de seus desenvolvimentos desde 1964 (operações de alienação e separação), de formalizar a experiência a partir de seus tempos lógicos que enlaçam sujeito, Outro e objeto. Este texto busca acompanhar este percurso apoiado diretamente na estrutura, seguindo os passos de Lacan até a passagem que marca o fim da experiência pelo ato analítico.

## **Palavras-chave**

Lacan, Grupo de Klein, transferência, fantasia, ato analítico.

## **Abstract**

In December of 1966 Lacan presents in his seminar on the Logic of Fantasy the mathematical structure of the group of Klein worked by Marc Barbut in his article published in Temps Modernes in the previous month. In fact, Lacan turned it according the analytical experience. It is the attempt, in the path of his developments since 1964 (operations of separation and alienation), to formalize this experience that links subject, Other and object. This text claims to study that structure, following the footsteps of Lacan to the passage that marks the end of the experience by analytical act.

## **Keywords**

Lacan, Group of Klein, transference, fantasy,  
analytical act.

## **Recebido**

12/04/2009

## **Aprovado**

08/07/2009

